COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.632, DE 2012

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - e dá outras providências".

Autor: Deputado SARNEY FILHO

Relator: Deputado HILDO ROCHA

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. JOSÉ CARLOS ALELUIA)

Trago aqui à consideração dos meus ilustres Pares o presente voto em separado ao Projeto de lei nº 4.632, de 2012, o qual intenta modificar dois artigos da Lei nº 6.088, de 16 julho de 1974, ambos alterados pela Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010. Esses artigos são o 2º e o 4º do referido diploma legal.

A primeira modificação, a do art. 2º, modifica o raio de atuação da CODEVASF, dando ao dispositivo a seguinte redação:

“A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Maracaçumé, Turiaçu, Preguiças, Peria, e os Sistemas Hidrográficos das Ilhas Maranhenses e do seu Litoral Ocidental, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal,

podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação.”

Por esse dispositivo, o âmbito de atuação da CODEVASF expande muito além dos vales do São Francisco, para alcançar vales de diversos outros rios.

O *caput* do art. 4º, na redação do projeto, passaria a ter a seguinte redação:

“Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Maracaçumé, Turiaçu, Preguiças, Periaá, e os Sistemas Hidrográficos das Ilhas Maranhenses e do seu Litoral Ocidental, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes.”

As modificações que o projeto introduz no art. 4º visam a colocá-lo em conformidade com o novo âmbito de atuação da CODEVASF, previsto no art. 2º, em suas alterações, conforme informava há pouco e acima.

O projeto padece de vício insanável, que é o vício de iniciativa. A CODEFASF, sendo uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, pertence, obviamente, ao quadro da administração pública federal.

Com efeito, na forma do art. 61, § 1º, e, da Constituição Federal, o Presidente da República tem a iniciativa de lei que crie ou extinga Ministérios ou órgãos da administração pública. Ora, a modificação é um

conceito acessório ao da criação. Eis por que a iniciativa de Parlamentar na matéria é inadmissível em nosso sistema constitucional. Modificações podem levar, eventualmente, até a refundação do órgão ou entidade sob novas bases.

Considere-se, ainda, o ponto pacífico da doutrina que põe, como haveria de ser, a empresa pública no rol das entidades da administração indireta, vinculando-a de modo estrito “aos fins definidos na lei instituidora”, consoante o muito abalizado juízo de Maria Sylvia Zanella di Pietro (*Direito Administrativo*, Atlas, 2010, São Paulo, p. 449). Ora, permitir que o Poder Legislativo possa dar início a leis que alterem a estrutura do Poder Executivo, seria deixar esse ao sabor de sobressaltos e intranquilo para realizar os seus fins constitucionais.

Um comando que nasça no Poder Legislativo e vise, assim, a interferir no quadro das instituições do Poder Executivo constitui, portanto, flagrante violação do princípio da independência e harmonia entre os Poderes da República, consoante o enunciado desse princípio, posto no art. 2º da Constituição da República.

Concluo, desse modo, meu voto, manifestando-me pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 4.632, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA